

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

JESUS, OS NÃO ESCOLHIDOS E A MANIFESTAÇÃO DE DEUS: A CENTRALIDADE DA CATEGORIA DEFICIÊNCIA NOS ESCRITOS BÍBLICOS

Gustavo Martins Piccolo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11230>

Submetido em: 2025-02-07

Postado em: 2025-02-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Jesus, os não escolhidos e a manifestação de Deus

Ensaio Teórico

JESUS, OS NÃO ESCOLHIDOS E A MANIFESTAÇÃO DE DEUS: A CENTRALIDADE DA CATEGORIA DEFICIÊNCIA NOS ESCRITOS BÍBLICOS

JESUS, THE UNCHOSEN AND THE MANIFESTATION OF GOD: THE CENTRALITY OF THE CATEGORY OF DISABILITY IN BIBLICAL WRITINGS

Gustavo Martins PICCOLO

Doutor em Educação Especial pela UFSCar.

Professor da Universidade de Araraquara.

Email: gupiccolo@yahoo.com.br.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6078-9176>

RESUMO: Este ensaio se debruça sobre as formas pelas quais a deficiência foi apresentada no Antigo e Novo Testamento, tomando este fato como fundamental para compreendermos a representação desta categoria ao longo da história, assim como projetarmos formas inéditas de visualização deste conceito. Partimos do suposto de que, embora as forças hegemônicas contemporâneas interpretem a categoria deficiência a partir de um saber eminentemente clínico ou pelo prisma dos direitos humanos, formas pretéritas de entendimento continuam a se fazer presentes, com destaque para o campo religioso em virtude de sua expansiva presença nas representações da vida cotidiana. Por isso, a reorganização da forma religiosa de visualização da deficiência pode provocar alterações na maneira pela qual nos relacionamos com este fenômeno. A presença de pessoas com impedimentos e a relação destas com as práticas religiosas ocupam lugar central nas passagens do Antigo e Novo Testamento e sem as quais parte das mensagens bíblicas perderiam o sentido originalmente pretendido, que é uma das teses defendidas neste ensaio, caracterizado como uma pesquisa qualitativa arquitetada mediante revisão literária integrativa que busca compreender a formação do conceito de deficiência e de suas representações sob uma perspectiva histórica comparada.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa com Deficiência. Bíblia. Representação Social.

ABSTRACT: This essay focuses on the ways in which disability was presented in the Old and New Testaments, taking this fact as fundamental to understanding the representation of this category throughout history, as well as to project new ways of viewing this concept. We assume that, although contemporary hegemonic forces interpret the category of disability from an eminently clinical knowledge or from the perspective of human rights, past forms of understanding continue to be present, with emphasis on the religious field due to its expansive presence in representations of everyday life. Therefore, the reorganization of the religious form of viewing disability can cause changes in the way in which we relate to this phenomenon. The presence of people with disabilities and their relationship with religious practices occupy a central place in passages from the Old and New Testaments and without which part of the biblical messages would lose their originally intended meaning, which is one of the theses defended in this essay, characterized as a qualitative research designed through an integrative literary review that seeks to understand the formation of the concept of disability and its representations from a comparative historical perspective.

KEYWORDS: Person with Disabilities. Bible. Social Representation.

INTRODUÇÃO

É inegável que a esfera religiosa, mesmo após as revoluções e reformas da modernidade, continua representando um importante campo na formatação das relações sociais

contemporâneas. No entender de Burity (2008, p.84) “quer no plano da cultura e do cotidiano, quer no da esfera pública e da política, os atores religiosos movimentam-se e trazem a público sua linguagem, seu *ethos*, suas demandas, nas mais diversas direções”. Estes elementos dão feitura a um conjunto de representações que se mostram operantes na construção de variadas interações manifestadas cotidianamente.

Neste sentido, por mais que a modernidade e seus sistemas produtivos tenham compreendido a religião como uma forma frágil e superada de explicação do mundo, na prática esta continua a desempenhar um papel ativo na formulação das gramáticas morais de reconhecimento social. Em outros termos, a religião continua a produzir indivíduos, consistindo, pela ótica de Durkheim (1989), em um sistema de noções por meio do qual os sujeitos se representam (e apresentam) a sociedade e do qual são membros. Ao contrário do que se poderia imaginar, Durkheim (1989) salienta que a religião não se enfraqueceu enquanto força social na modernidade (embora tenha perdido sua função como aparelho estatal), uma vez que o sentimento de dependência a outro ente ou instância para além da vida concreta, que é o sustentáculo da busca e essência da estrutura religiosa, continua presente nos seres humanos de forma generalizada. Não por acaso, Ribeiro e Minayo (2014, p.174), entendem a religião como um sistema

(...) de crenças que estabelece as relações dos grupos sociais com um ser transcendente. As religiões são compostas por narrativas históricas, símbolos e tradições que se destinam a dar sentido à vida, a explicar sua origem e a do universo. A palavra religião tem um aspecto público. A maioria das instituições religiosas têm comportamentos organizados, incluindo hierarquias clericais, definição do que constitui adesão ou filiação, congregações de leigos, reuniões regulares, serviços para fins de veneração ou adoração de uma divindade, lugares de oração e escrituras sagradas a que têm acesso os praticantes. De cada religião costumam derivar códigos de moralidade, ética e leis que se diferenciam segundo as instituições.

Etimologicamente, a palavra religião deriva do latim *religio*, constituída pelo prefixo *re* (novamente) associado ao verbo *ligare* (ligar), exprimindo originalmente um movimento de busca exercida pelos seres humanos no encontro do Criador. No entender de Cerqueira-Santos, Koller e Pereira (2004) é sobre este contexto de possibilidade de contato com o sobrenatural que parcela significativa das pessoas aderem a manifestações religiosas, as quais prometem uma espécie de controle do presente e do futuro. Dada a complexidade constituinte desta relação, resta evidente que não se trata de tarefa simples definirmos objetivamente o conceito de religião, contudo, um bom indicativo quando pensamos nesta como sistema cultural nos foi oferecido por Geertz (1989, p.67), para quem uma religião consiste em um sistema de símbolos que atua para “estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas

concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas”.

Tomando a religião como uma forma de conhecer e conceber o mundo, não podemos resumir sua atuação somente a esfera institucional, pois perpassa variados domínios e desempenha papel ativo no ordenamento da vida cotidiana. Por conseguinte, tomar as manifestações religiosas exclusivamente como formas primitivas de pensamento tal qual tentou a lógica evolucionista do século XIX comporta um equívoco que não se sustenta antropológicamente. O que faz da religião uma fascinante construção humana é seu poder de penetração geográfico e sua capilaridade social que acaba por modular pensamentos, palavras e práticas. Tal qual sustenta Asad (2010, p.263) a “religião não é um modo arcaico do pensamento científico, nem de qualquer outra empreitada secular que nós valorizamos atualmente: ela é, ao contrário, um espaço distintivo da prática e da crença humanas que não pode ser reduzido a nenhum outro”.

Para Asad (2010), ao longo da história, a religião produziu tanto elementos opressores como libertários. De acordo com referido autor (op. cit.), não podemos esquecer que sentimentos religiosos impulsionaram uma revolução nos valores sociais que reordenaram a importância do cuidar de si e do outro, o que não era pouca coisa em uma época repleta de problemas sanitários¹. Este sentimento se mostra presente, por exemplo, no Salmo de Davi, através da seguinte passagem: “Feliz quem cuida do desvalido! No dia da desgraça, o SENHOR o libertará” (BÍBLIA SAGRADA, SALMOS, s/d)

Importa frisar que inexistente uniformidade quando falamos em religião (embora em qualquer sistema religioso haja uma lógica a qual pressuponha que o acreditar se manifeste anteriormente ao ver e saber), logo, conforme destaca Asad (2010, p.264), “não pode haver uma definição universal de religião, não apenas porque seus elementos constituintes e suas relações são historicamente específicos, mas porque esta definição é ela mesma o produto histórico de processos discursivos”. A perspectiva religiosa (que não é uma, mas múltiplas) é uma dentre

¹ De acordo com Paiva (2007, p.100), Rodney Stark, em estudo seminal intitulado “O crescimento do cristianismo” (*The rise of Christianity*) destaca como esta matriz religiosa se tornou dominante no mundo ocidental a partir justamente da noção de cuidado. “Segundo Stark, uma poderosa razão da mortalidade dos pagãos, da sobrevivência dos cristãos e da conversão dos pagãos ao cristianismo foi a maneira de os cristãos e os pagãos, respectivamente, cuidarem ou deixarem de cuidar de seus doentes por ocasião das grandes epidemias que assolaram o império romano nos primeiros séculos da era cristã. A caridade, ou seja, o amor ao próximo induziu os cristãos, diferentemente dos pagãos, a providenciar para os irmãos de fé cuidados elementares, como “simples provisão de comida e água que permitem aos temporariamente enfraquecidos lutar por si mesmos pela recuperação em vez de perecer miseravelmente” (McNeill, 1976, citado em Stark, 1997, p.88). Esse cuidado, segundo Stark, não só preservou proporcionalmente muito mais vidas de cristãos do que de pagãos como encaminhou conversões de pagãos ao cristianismo”.

outras formas de ver, compreender e apreender o mundo existente e suas relações, possuindo, portanto, seu próprio regime de verdade que pode ou não competir com outras esferas. Para Geertz (1989, p.82)

A perspectiva religiosa difere da perspectiva do senso comum, como já dissemos, porque se move além das realidades da vida cotidiana em direção a outras mais amplas, que as corrigem e completam, e sua preocupação definidora não é a ação sobre essas realidades mais amplas, mas sua aceitação, a fé nelas. Ela difere da perspectiva científica pelo fato de questionar as realidades da vida cotidiana não a partir de um ceticismo institucionalizado que dissolve o "dado" do mundo numa espiral de hipóteses probabilísticas, mas em termos do que é necessário para torná-las verdades mais amplas, não-hipotéticas. Em vez de desligamento, sua palavra de ordem é compromisso, em vez de análise, o encontro. Ela difere da arte, ainda, porque em vez de afastar-se de toda a questão da faturalidade, manufaturando deliberadamente um ar de aparência e de ilusão, ela aprofunda a preocupação com o fato e procura criar uma aura de atualidade real. A perspectiva religiosa repousa justamente nesse sentido do "verdadeiramente real" e as atividades simbólicas da religião como sistema cultural se devotam a produzi-lo, intensificá-lo e, tanto quanto possível, torná-lo inviolável pelas revelações discordantes da experiência secular. Mais uma vez, a essência da ação religiosa constitui de um ponto de vista analítico, imbuir um certo complexo específico de símbolos — da metafísica que formulam e do estilo de vida que recomendam — de uma autoridade persuasiva.

Não por acaso, o avanço da ciência não significou a redução destas práticas, muito pelo contrário, pois conforme destacam Cerqueira-Santos, Koller e Pereira (2004, p.82)

Nos últimos tempos, temos assistido a um grande aumento do número de novas religiões e de correntes esotéricas em todo o mundo, inclusive no Brasil. Esse fato pode ser o reflexo das demandas crescentes geradas pelas pessoas em seu cotidiano, bem como da busca de sentidos para a vida em um mundo tão dinâmico e instável. Enquanto a ciência avança com novas descobertas tecnológicas e teorias revolucionárias, parte da população se volta para o divino, o mágico, à procura das soluções ou de respostas para o significado de estar no mundo.

No entender de Burity (2008), o crescimento de correntes religiosas no Brasil e no mundo Ocidental minou o domínio católico-romano, mas manteve o monopólio cristão, que tem na Bíblia seu mais importante documento e símbolo, daí a importância em analisarmos este texto angular na feição das religiões cristãs.

É inconteste que os escritos bíblicos influenciaram e ainda exercem potente interferência na forma pela qual as pessoas se relacionam e compreendem o mundo. Um fato válido para o Ocidente, mas também para o próprio Oriente, na medida em que a disponibilização massiva da Bíblia fez com que tais registros alcançassem os mais distintos recônditos e comunidades. Isto, por evidente, não significa concordância universal com o conteúdo expresso em suas linhas, mas atesta a materialização do conhecimento de uma obra que teve mais de 5 bilhões de exemplares vendidos.

Religiosos ou não, durante nosso processo formativo somos atravessados por elementos que se desdobram de matrizes religiosas, posto estas ainda desempenharem papel ativo na regulação de relações sociais e políticas. Em um universo dominado pela religiosidade cristã como o Brasil, não é exagerado afirmar que a Bíblia (composta pelo Antigo e Novo Testamento)

contribui para a formação de parte das representações pelas quais guiamos nossas ações e relações. Trata-se de um texto complexo e coberto de nuances as quais dificilmente podem ser apreendidas sob uma aparência homogênea.

Equivocadamente, alguns escritos acadêmicos tomaram os versos bíblicos somente sob a perspectiva da distração, pouco debatendo seus impactos efetivos na vida cotidiana. Tal postura parece escorada em uma visão marxista ortodoxa que toma a religião como suporte de alienação e falseamento da realidade e cujos fundamentos se encontram alicerçados na célebre passagem da “Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, na qual Marx (1977) sentencia que a religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito, o ópio do povo.

Ao bem da verdade, tal passagem não se trata de uma ideia original de Marx, se mostrando presente em autores do século XVII como Kant, Feuerbach, Hess, Haine, Bauer, entre outros, os quais destacavam a religião como uma espécie de instrumento que permitiria aos oprimidos suportarem as agruras de uma vida difícil e desafiadora com promessas distantes e abstratas. Mas é fato que foi em Marx que ela se popularizou e ganhou alargado espaço.

Discutir sobre o papel desempenhado pela religião como éter anestesiador de opressões sociais não se trata do objetivo deste texto, mesmo porque tal incursão já fora feita de forma abundante na literatura. O que nos interessa aqui é destacar o pensamento religioso e seus sistemas de práticas como relevantes em toda e qualquer sociedade, na medida em que condicionam comportamentos e modelam formas de interação; ademais, objetivamos debater sobre como os escritos bíblicos, que são parte inegável e principal símbolo do universo religioso cristão, sustentam e criam algumas representações que interferem até os dias atuais na forma como nos relacionamos com determinados fenômenos, sendo a deficiência um deles.

Com isso, não estamos a adotar uma visão religiosa deste fenômeno, mas situar a categoria deficiência por meio de seu processo de construção social e do qual, quer queiramos ou não, a religião faz parte. Não há conhecimento de quaisquer povos ou sistemas de pensamentos que dispensem a religião como componente de seu tecido social. Dos povos originários aos colonizadores, do Ocidente ao Oriente, do Sul ao Norte, a religião é parte da vida das pessoas, sendo que mesmo para negá-la dialogamos com seu conjunto de moralidade.

Por todos estes elementos, consideramos equivocado a sumarização da religião como veículo de alienação, raciocínio que até teve sua validade em determinado período histórico, contudo, encobre e simplifica em muito uma trama de relações que interfere em nossa vida cotidiana e na nossa formação como sujeito histórico. Entendemos que esta associação indevida, inclusive, é responsável pela maneira burocrática e protocolar que parte da academia

trata suas relações, incluindo a análise dos registros bíblicos, muito citados, mas nem sempre lidos em sua totalidade constitutiva.

Isto posto, este texto assume o desafio de tentar compreender, a partir da leitura integral do Antigo e Novo Testamento, como a ideia de deficiência foi moldada na Bíblia e como esta imagem projetiva reverbera até os tempos atuais na maneira pela qual compreendemos este fenômeno. Existe uma simplificação indevida e inverídica que relaciona a manifestação da deficiência nos escritos bíblicos como produto do pecado ou de possessões demonológicas, o que, sem dúvida, é parte do conjunto de sua explicação nestes textos, mas está longe de representar sua totalidade. Aliás, ousamos dizer que tal visão sequer compreende a formação de aparição mais comum na Bíblia, especialmente a partir do Novo Testamento.

Muitos aqui poderão começar a se perguntar: Ora, mas qual o sentido em se analisar a categoria deficiência pelos escritos bíblicos? Qual a importância desta nos registros religiosos? É esta categoria realmente significativa ou de rareado aparecimento em destacada obra?

Em nosso entendimento, e isto é absolutamente inovador, a categoria deficiência é o fenômeno central relacionado a manifestação de Deus pelas ações de Jesus. Se olharmos com atenção para as obras que compõem o Novo Testamento perceberemos que é a partir da intervenção sobre experiências tidas como impedimentos que Jesus se anuncia como o filho de Deus, ou melhor, que os outros o anunciam como o Messias.

Saindo Jesus dali, dois cegos o seguiram, clamando: “Filho de Davi, tem misericórdia de nós!” Entrando ele em casa, os cegos se aproximaram, e ele lhes perguntou: “Vocês creem que eu sou capaz de fazer isso?” “Eles responderam: “Sim, Senhor!” E ele, tocando nos olhos deles, disse: “Que seja feito segundo a fé que vocês têm!” E a visão deles foi restaurada. Então Jesus os advertiu severamente: “Cuidem para que ninguém saiba disso”. Eles, porém, saíram e espalharam a notícia por toda aquela região. (Bíblia Sagrada, nt, Mateus, s/d)

As passagens do Novo Testamento tornam claras, inclusive, que parte do reconhecimento inicial de Jesus se deu devido aos fenômenos acima citados, cujas realizações se espalharam por toda a península arábica e que demonstrariam a materialização do poder e da presença de Deus em seu Filho, Jesus.

Sustentado por este pilar teórico, o presente texto se debruçará sobre as formas pelas quais a deficiência foi compreendida nos registros bíblicos, tomando este fato como fundamental para entendermos o atual estado de coisas sobre esta categoria e para projetarmos formas inéditas de visualização deste conceito. A compreensão da experiência da deficiência e seus significados atuais exige o debruçar por outras literaturas que se estabelecem para além do campo médico, sendo que certamente a análise dos registros bíblicos se mostra da mais relevante importância dada a penetração destes escritos no imaginário social. A religião é parte

integrante de nossas vidas e impacta nas formas como visualizamos o mundo, por isso, um entendimento distinto deste universo simbólico impacta a forma como nos comportamos e representamos determinados fenômenos. É o que procuraremos fazer a partir de então ao analisar a experiência da deficiência pela perspectiva do Antigo e Novo Testamento.

Este texto trata-se de pesquisa qualitativa arquitetado por revisão literária que busca compreender a construção do conceito de deficiência sob uma perspectiva histórica comparada.

OS ESCRITOS BÍBLICOS E AS PESSOAS COM COMPROMETIMENTOS: DO ANTIGO AO NOVO TESTAMENTO

A produção do Antigo e Novo Testamento situa-se na Antiguidade, remontando a um largo período cronológico que compreende um interstício mínimo de 210 anos (100 a.C. a 110 d.C.), intervalo este que pode se mostrar ainda mais alargado dependendo da referência utilizada. Nos textos bíblicos, escritos por diversas mãos, para além das descrições propriamente religiosas que centralizam a atenção dos leitores, percebemos também a existência de um mapa de representações de como se estruturavam as sociedades e se desenhavam seus principais conceitos. Neles, o significado da existência de determinados comprometimentos, quer em aspectos físicos, sensoriais, mentais ou situacionais, recebeu formulações sob lógicas que mesclavam compostos de integração, redenção, superstição e estranhamento².

Em um período de rarefeita produção teórica é inegável que os registros bíblicos se compõem como uma das fontes nucleares ao entendimento da Antiguidade enquanto tempo histórico, exercendo influência, inclusive, sobre temporalidades posteriores. Sua influência é tamanha que asseveramos não ser possível explicar o Ocidente desconsiderando estas gramáticas como cardinais na confecção de nossa moral e dos significados que atribuímos a certos fenômenos. No caso da experiência da deficiência, os textos aventados nos permitem compreender imagetivamente como se deram as transformações nas formas pelas quais a sociedade de outrora se relacionou com comprometimentos de variadas ordens, projetando a realização do quadro espiritual da época. Destarte, poderíamos visualizar a religião não somente como um reforço de estabilidade das sociedades absolutistas de outrora tal qual tem sido

^{2 2} Os escritos bíblicos não fazem referência ao termo deficiência como um conjunto de impedimentos, quer de ordem física, sensorial, psíquica, comportamental ou cognitiva tal qual utilizamos desde a modernidade. Para Davis (1995) somente em 1755, no Johnson's Dictionary, é que o termo disabled (deficiência) adquiriu um significado vinculado à ideia de insuficiência orgânica ou mental mais próxima da imagem que fazemos atualmente.

preunciado (o que é verdadeiro), mas, também como fonte de dinâmica de transformações e mudança social, preceito weberiano ainda pouco destacado.

Dito isto, quando analisamos os escritos bíblicos especificamente em relação a questão da categoria deficiência, faz-se claramente perceptível uma mudança na linha descritiva de percepção adjetivada dos comprometimentos quando comparamos o Antigo ao Novo Testamento, explicação relacionada ao nascimento e obras de Jesus, marco na construção do Novo Testamento.

O Antigo Testamento, no entender de Stewart (2017), produz uma miscelânea de mensagens muitas vezes confusas sobre as atitudes predominantes em relação às pessoas com deficiência, narrando eventos ocorridos em uma época anterior ao nascimento de Cristo. É composto pelos livros do Pentateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio), Livros Históricos (Josué, Juízes, Rute, Samuel I, Samuel II, Reis I, Reis II, Crônicas I, Crônicas II, Esdras, Neemias e Ester), Livros Poéticos (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cânticos) e Livros Proféticos.

Entre estes, os Judeus consideram o Pentateuco seu mais importante livro, cujo conjunto de textos é chamado de Torá. Considerando a vastidão do Antigo Testamento, desdobraremos nossas incursões na apropriação das maneiras pelas quais tais escritos retrataram a presença de pessoas com impedimentos em suas passagens, concentrando-nos sobre os livros que compõem o Pentateuco, mais especificamente em relação ao Levítico e Deuteronômio.

O Levítico é o terceiro livro do Pentateuco e se mostra repleto de narrativas que envolvem ações e comportamentos adotados em relação a pessoas com comprometimentos, especialmente físicos e sensoriais. No capítulo 21, versículos de 1 a 24, lemos o seguinte:

Falou mais o Senhor a Moisés, dizendo: Fala a Arão, dizendo: Ninguém da tua descendência, nas suas gerações, em que houver algum defeito, se chegará a oferecer o pão do seu Deus. Pois nenhum homem em quem houver alguma deformidade se chegará; como homem cego, ou coxo, ou de nariz chato, ou de membros demasiadamente compridos. Ou homem que tiver quebrado o pé, ou a mão quebrada. Ou mancunda, ou anão, ou que tiver defeito no olho, ou sarna, ou impigem, ou que tiver testículo mutilado. Nenhum homem da descendência de Arão, o sacerdote, em quem houver alguma deformidade, se chegará para oferecer as ofertas queimadas do Senhor: defeito nele há; não se chegará para oferecer o pão do seu Deus. Ele comerá do pão do seu Deus, tanto do santíssimo como do santo. Porém até ao véu não entrará, nem se chegará ao altar, porquanto defeito há nele, para que não profane os meus santuários; porque eu sou o Senhor que os santifico. E Moisés falou isto a Arão e a seus filhos, e a todos os filhos de Israel (BÍBLIA SAGRADA, NT, LEVÍTICO, cap. 21, vers. 01-24, s/d, grifos nossos).

A passagem acima retratada é emblemática na compreensão do conceito de deficiência como vinculado sob a etimologia da deformidade/defeito, o que tornava aqueles assim classificados como não escolhidos para a realização de práticas religiosas. Claro que o texto aludido não é linear, expressando um misto de relações que envolveu esta categoria na

Antiguidade. Primeiramente, resta cristalina a vinculação do defeito/comprometimento a alguma alteração corporal apresentada pelos sujeitos (cego, coxo, nariz chato, membros demasiadamente compridos, pé e mão quebrados, corcunda, anão, sarna, impingem, testículo mutilado), o que corrobora com a percepção da deficiência sob o escrutínio da terata e não do saber clínico. Ademais, exclui-se tais indivíduos de qualquer possibilidade de ofertar o pão a Deus, o que na prática consiste em proibir o desempenho da atividade religiosa, incluso atos de reverência e veneração. Isso porque as deformidades descritas eram vistas como sinais pecaminosos e sua presença em locais sacros tomadas como profanação. Somente poderiam se aproximar de templos aqueles vistos como puros, conceito que excluía os disformes em estruturas corpóreas (os não eleitos/escolhidos). Entretanto, a tais sujeitos não eram negadas possibilidades de subsistência e a comer o pão do seu Deus, não existindo, portanto, um desejo explícito em sua eliminação.

No Pentateuco, um número considerável de comprometimentos corporais se mostrara objetos de atenção das passagens bíblicas. Sobressalta aos olhos o fato de a sentença da deficiência nesses textos jamais ser proferida por médicos, e, sim, por sacerdotes, rememorando os ensinamentos de Foucault (1987), que viu na modernidade uma era na qual os clérigos foram substituídos por clínicos no tocante à interpretação dos fenômenos naturais e sociais. Em um tempo cuja gramática de reconhecimento era esculpida sob desígnios religiosos, o sacerdote, além de governar o espaço eclesiástico, administrava a moral das relações sociais. Exemplar, neste sentido, é passagem contida no Levítico (BÍBLIA SAGRADA, cap. 13, vers. 1-8, s/d):

Falou mais o Senhor a Moisés e a Arão, dizendo: Quando um homem tiver na pele da sua carne, inchação, ou pústula, ou mancha lustrosa, na pele de sua carne como praga da lepra, então será levado a Arão, o sacerdote, ou a um de seus filhos, os sacerdotes. E o sacerdote examinará a praga na pele da carne; se o pêlo na praga se tornou branco, e a praga parecer mais profunda do que a pele da sua carne, é praga de lepra; o sacerdote o examinará, e o declarará por imundo. Mas, se a mancha na pele de sua carne for branca, e não parecer mais profunda do que a pele, e o pêlo não se tornou branco, então o sacerdote encerrará o que tem a praga por sete dias; E ao sétimo dia o sacerdote o examinará; e eis que, se a praga, ao seu parecer parou, e na pele não se estendeu, então o sacerdote o encerrará por outros sete dias; E o sacerdote ao sétimo dia o examinará outra vez; e eis que, se a praga se recolheu, e na pele não se estendeu, então o sacerdote o declarará por limpo; é uma pústula; e lavará as suas vestes, e será limpo. Mas, se a pústula na pele se estende grandemente, depois que foi mostrado ao sacerdote para a sua purificação, outra vez será mostrado ao sacerdote. E o sacerdote o examinará, e eis que, se a pústula na pele se tem estendido, o sacerdote o declarará por imundo; é lepra.

É o sacerdote que determina se existe enfermidade ou não, qualquer que seja ela. Exclusivamente a ele cabe o julgamento sobre o estado de anormalidade que se expele sobre o corpo. O atestar da impureza pelo representante do saber religioso implica a organização de níveis de isolamento, restrições e proibições experimentadas em atividades e no acesso a espaços sociais, os quais variam em intensidade e amplitude. No ambiente eclesiástico, que

representava a principal força política e cultural da época, dada proibição era integral (por isso, eles materializavam os não escolhidos), não se estendendo, entretanto, ao universo do trabalho, exceto quando de casos como a lepra, tida como uma impureza altamente contagiosa.

Então o sumo sacerdote Azarias olhou para ele, como também todos os sacerdotes, e eis que já estava leproso na sua testa, e apressuradamente o lançaram fora; e até ele mesmo se deu pressa a sair, visto que o Senhor o ferira. [...] Assim ficou leproso o rei Uzias até ao dia da sua morte; e morou, por ser leproso, numa casa separada, porque foi excluído da casa do Senhor. (BÍBLIA SAGRADA, A.T. 2 Crônicas, cap. 26, vers. 20-21, s/d).

Ordena aos filhos de Israel que lancem fora do arraial a todo o leproso. (BÍBLIA SAGRADA, A.T. Números cap. 5, vers.2, s/d).

Os leprosos estavam sujeitos a toda sorte de exposição, experimentando um rito de luto como sinalizara o Evangelho de Jó, cujo objetivo residia em alertar aos outros quanto a necessária manutenção de distância para com tais sujeitos. A marginalização vivenciada pelos leprosos era o caso mais flagrante de segregação social disposta na Antiguidade, uma vez que as pessoas assim identificadas haviam de se isolar da contração de quaisquer relações sociais.

A lepra, assim como uma variedade de outros comprometimentos, era interpretada no Antigo Testamento como resultado de provocações e desvios aos preceitos religiosos. Não por acaso, passagem no Livro dos Reis e no Livro das Crônicas assinalavam que o Rei Osias, monarca de Judá, se tornou leproso em virtude de este ter oferecido incenso no espaço central de um templo, o que somente era permitido para sacerdotes em função religiosa.

Todavia, dialeticamente, o Antigo Testamento também retrata em outras passagens uma tentativa menos aterradora de se relacionar com tais sujeitos. No Levítico, o qual considera pessoas com deformidades como não dignas de ofertar produtos aos deuses, e isso não era pouca coisa em uma sociedade vinculada economicamente ao princípio da dádiva e do presente, temos a seguinte passagem: “Não amaldiçoarás ao surdo, nem porás tropeço diante do cego; mas temerás o teu Deus” (BÍBLIA SAGRADA, A.T, LEVÍTICO, cap. 19, vers.14, s/d).

Braddock e Parish (2001) sublinham que, no Antigo Testamento, os seguidores do Deus judeu foram levados a serem compassivos para com os cegos, surdos e outras pessoas com comprometimentos, desde que estas não se aproximassem dos espaços sacros, denotando um misto de significados e sentimentos que exemplificam o caráter intrincado do fenômeno em tela. A indicação da caridade como comportamento desejado àqueles que creem no Testamento é recorrente nos Livros Poéticos, especialmente em Provérbios e Salmos:

Como é feliz aquele que se interessa pelo pobre! O Senhor o livra em tempos de adversidade. O Senhor o protegerá e preservará a sua vida; ele o fará feliz na terra e não o entregará ao desejo dos seus inimigos. O Senhor o susterá em seu leito de enfermidade, e da doença o restaurará (BÍBLIA SAGRADA, A.T, Salmos, cap. 41, vers.1-3, s/d).

O generoso sempre prosperará; quem oferece ajuda ao necessitado, conforto receberá (BÍBLIA SAGRADA, A.T Provérbios, cap. 11, vers.25, s/d).

O justo se informa da causa dos pobres, mas o ímpio nem sequer toma conhecimento (BÍBLIA SAGRADA, A.T, Provérbios, cap. 29, vers.7, s/d).

A obrigação para com a compaixão na execução de deveres religiosos aparece também no Deuteronomio, quinto livro do Pentateuco, atrelando o descumprimento dessas imposições ao aparecimento de mazelas, vinculadas, inclusive, à contração de uma série de impedimentos:

Será, porém, que, se não deres ouvidos à voz do Senhor teu Deus, para não cuidares em cumprir todos os seus mandamentos e os seus estatutos, que hoje te ordeno, então virão sobre ti todas estas maldições, e te alcançarão: (...) O Senhor fará pegar em ti a pestilência, até que te consuma da terra a que passas a possuir. O Senhor te ferirá com a tísica e com a febre, e com a inflamação, e com o calor ardente, e com a secura, e com crestamento e com ferrugem; e te perseguirão até que pereças. (...) O Senhor te ferirá com as úlceras do Egito, com tumores, e com sarna, e com coceira, de que não possas curar-te; O Senhor te ferirá com loucura, e com cegueira, e com pasmo de coração; E apalparás ao meio-dia, como o cego apalpa na escuridão, e não prosperarás nos teus caminhos; porém somente serás oprimido e roubado todos os dias, e não haverá quem te salve (BÍBLIA SAGRADA, A.T, Deuteronomio, cap. 28, vers.15-29, s/d).

A obrigação para com os mais necessitados é uma máxima que se acentuará no Novo Testamento, contudo, este reorganizará nuclearmente a consideração disposta em relação aos desvalidos da Terra, entre eles, as pessoas com comprometimentos.

A narrativa composta após o nascimento de Jesus Cristo transforma sensivelmente a rota dos escritos bíblicos em relação às pessoas com deficiência, uma vez que as ações e intervenções sobre comprometimentos físicos, sensoriais e psíquicos ocuparam boa parte do tempo e das energias de Jesus, sendo pilares de seus ensinamentos e da consecução dos milagres a ele atribuídos. Com isso, Jesus acolhe tais sujeitos, os convidando para o convívio humano mais amplo em sociedade num movimento que pode ser visto como uma espécie de reabilitação moral e religiosa daqueles anteriormente invalidados e tidos como não escolhidos. Não por acaso, uma das passagens bíblicas mais marcantes da vida e obra de Jesus reside justamente na derrubada da proibição destas pessoas em adentrarem aos espaços sacros:

E a multidão que ia adiante, e a que seguia, clamava, dizendo: Hosana ao Filho de Davi; bendito o que vem em nome do Senhor. Hosana nas alturas! E, entrando ele em Jerusalém, toda a cidade se alvoroçou, dizendo: Quem é este? E a multidão dizia: Este é Jesus, o profeta de Nazaré da Galiléia. E entrou Jesus no templo de Deus, e expulsou todos os que vendiam e compravam no templo, e derribou as mesas dos cambistas e as cadeiras dos que vendiam pombas; E disse-lhes: Está escrito: A minha casa será chamada casa de oração; mas vós a tendes convertido em covil de ladrões. E foram ter com ele no templo cegos e coxos, e curou-os (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Mateus, cap. 21, vers.1-14, s/d).

As práticas materializadas por Jesus mesclam componentes de aceitação, abertura e alívio em um cenário que visualiza os pobres, enfermos, deficientes e marginalizados como primeiros no Reino de Deus. Ainda que coexistam definições de comprometimentos como vinculados à contração de pecados e ao terreno do maligno – como no caso do exorcismo de

Maria Madalena, posteriormente integrada na comunidade cristã e tida como das discípulas mais engajadas nas obras de Cristo - as deformidades não são mais interpretadas unicamente em antítese ao sagrado, denotando a manifestação material sobre a qual Jesus comprovaria ser o enviado de Deus; neste sentido, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como instrumentos sobre a qual se aplicariam os milagres e não as rejeitadas de súbito, fenômeno cuja existência desdobraria uma nova gramática moral para com esses sujeitos:

E, passando Jesus, viu um homem cego de nascença. E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo: Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? Jesus respondeu: Nem ele pecou nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus. Convém que eu faça as obras daquele que me enviou, enquanto é dia; a noite vem, quando ninguém pode trabalhar. Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo. Tendo dito isto, cuspiu na terra, e com a saliva fez lodo, e untou com o lodo os olhos do cego. E disse-lhe: Vai, lava-te no tanque de Siloé (que significa o Enviado). Foi, pois, e lavou-se, e voltou vendo (BÍBLIA SAGRADA, N.T., João, cap. 9, vers.1-7, s/d).

Os escritos do Novo Testamento carregam de maneira explícita a ideia de que o comprometimento conflagra uma oportunidade para que se possa mostrar avidamente a graça de Deus e, por conseguinte, o poder de Jesus, sendo esta categoria angular neste processo representacional. Ousaria dizer que se retirarmos as passagens do Novo Testamento em que Jesus se relaciona com pessoas com comprometimentos, muitas das parábolas bíblicas perderiam seu sentido proposto. A visualização da deficiência como espaço para a manifestação das obras de Deus por meio de Jesus se mostra muito mais presente no Novo Testamento se comparadas às passagens que relacionam tais fatos a questões demonológicas. Senão vejamos:

Estava, porém, enfermo um certo Lázaro, de Betânia, aldeia de Maria e de sua irmã Marta. E Maria era aquela que tinha unguido o Senhor com unguento, e lhe tinha enxugado os pés com os seus cabelos, cujo irmão Lázaro estava enfermo. Mandaram-lhe, pois, suas irmãs dizer: Senhor, eis que está enfermo aquele que tu amas. E Jesus, ouvindo isto, disse: Esta enfermidade não é para morte, mas para glória de Deus, para que o Filho de Deus seja glorificado por ela (BÍBLIA SAGRADA, N.T., João, cap. 11, vers.1-4, s/d).

É mediante aproximação com pessoas que manifestam situações como paralisia, paraplegia, lepra, assim como comprometimentos sensoriais (audição, visão, paladar, tato e olfato) que Jesus se populariza como Messias. Claro que a existência de outros milagres atribuídos a Jesus como a transformação da água em vinho, a multiplicação dos pães, o caminhar sobre as águas, a pesca de milhares de peixes após o lançamento de rede por Simão (Pedro), entre outros, são constitutivos da representação de Jesus como enviado de Deus, mas estes não assumiram proporção similar de impacto social e popularização se comparado às práticas de intervenção em relação a alguns comprometimentos.

Por isso, ressaltamos que a deficiência é a categoria central por sobre a qual se constroem os poderes messiânicos de Jesus e a manifestação de sua divindade. Logo, não é de

se estranhar que parcela significativa dos textos bíblicos no Novo Testamento tenham no sujeito com impedimentos um interlocutor de destaque.

O Novo Testamento é composto de 27 livros, divididos em quatro segmentos: Evangelhos (Mateus, Marcos, Lucas e João), Livro Histórico (Ato dos Apóstolos), Epístolas (Epístolas de Paulo e Epístolas Gerais) e Livro Profético (Apocalipse), os quais apresentam diversas passagens que retratam momentos proximidade e cuidado estabelecido por Jesus em relação às pessoas com deficiência e sua integração a comunidade cristã. Senão vejamos:

Depois disto havia uma festa entre os judeus, e Jesus subiu a Jerusalém. Ora, em Jerusalém há, próximo à porta das ovelhas, um tanque, chamado em hebreu Betesda, o qual tem cinco alpendres. Nestes jazia grande multidão de enfermos, cegos, mancos e ressecados, esperando o movimento da água. Porquanto um anjo descia em certo tempo ao tanque, e agitava a água; e o primeiro que ali descia, depois do movimento da água, sarava de qualquer enfermidade que tivesse. E estava ali um homem que, havia trinta e oito anos, se achava enfermo. E Jesus, vendo este deitado, e sabendo que estava neste estado havia muito tempo, disse-lhe: Queres ficar são? O enfermo respondeu-lhe: Senhor, não tenho homem algum que, quando a água é agitada, me ponha no tanque; mas, enquanto eu vou, desce outro antes de mim. Jesus disse-lhe: Levanta-te, toma o teu leito, e anda. Logo aquele homem ficou são; e tomou o seu leito, e andava. E aquele dia era sábado (BÍBLIA SAGRADA, N.T., João, cap. 5, vers.1-9, s/d).

E correu dele esta fama por toda a Judéia e por toda a terra circunvizinha. E os discípulos de João anunciaram-lhe todas estas coisas. E João, chamando dois dos seus discípulos, enviou-os a Jesus, dizendo: És tu aquele que havia de vir, ou esperamos outro? E, quando aqueles homens chegaram junto dele, disseram: João Batista enviou-nos a perguntar-te: És tu aquele que havia de vir, ou esperamos outro? E, na mesma hora, curou muitos de enfermidades, e males, e espíritos maus, e deu vista a muitos cegos. Respondendo, então, Jesus, disse-lhes: Ide, e anunciai a João o que tendes visto e ouvido: que os cegos vêm, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres anuncia-se o evangelho (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Lucas, cap. 7, vers.17-22, s/d).

E aconteceu que chegando ele perto de Jericó, estava um cego assentado junto do caminho, mendigando. E, ouvindo passar a multidão, perguntou que era aquilo. E disseram-lhe que Jesus Nazareno passava. Então clamou, dizendo: Jesus, Filho de Davi, tem misericórdia de mim. E os que iam passando reprendiam-no para que se calasse; mas ele clamava ainda mais: Filho de Davi, tem misericórdia de mim! Então Jesus, parando, mandou que lhe trouxessem; e, chegando ele, perguntou-lhe, Dizendo: Que queres que te faça? E ele disse: Senhor, que eu veja. E Jesus lhe disse: Vê; a tua fê te salvou. E logo viu, e seguia-o, glorificando a Deus. E todo o povo, vendo isto, dava louvores a Deus (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Lucas, cap. 18, vers.35-43, s/d).

Partindo Jesus dali, chegou ao pé do mar da Galiléia, e, subindo a um monte, assentou-se lá. E veio ter com ele grandes multidões, e os puseram aos pés de Jesus, e ele os sarou, De tal sorte, que a multidão se maravilhou vendo os mudos a falar, os aleijados são, os coxos a andar, e os cegos a ver; e glorificava o Deus de Israel (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Mateus, cap. 15, vers.29-31, s/d).

E trouxeram-lhe um surdo, que falava dificilmente; e rogaram-lhe que pusesse a mão sobre ele. E, tirando-o à parte, de entre a multidão, pôs-lhe os dedos nos ouvidos; e, cuspido, tocou-lhe na língua. E, levantando os olhos ao céu, suspirou, e disse: Efatá; isto é, Abre-te. E logo se abriram os seus ouvidos, e a prisão da língua se desfêz, e falava perfeitamente. E ordenou-lhes que a ninguém o dissessem; mas, quanto mais lhos proibia, tanto mais o divulgavam. E, admirando-se sobremaneira, diziam: Tudo faz bem; faz ouvir os surdos e falar os mudos (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Marcos, cap. 7, vers.32-37, s/d).

E ensinava no sábado, numa das sinagogas. E eis que estava ali uma mulher que tinha um espírito de enfermidade, havia já dezoito anos; e andava curvada, e não podia de modo algum endireitar-se. E, vendo-a Jesus, chamou-a a si, e disse-lhe: Mulher, estás livre da tua enfermidade. E pôs as mãos sobre ela, e logo se endireitou, e glorificava a Deus (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Lucas, cap. 13, vers.10-13, s/d).

A narrativa de que a deformidade servia para mostrar o poder de Deus por meio das intervenções realizadas por Jesus, todavia, não silenciou o suposto de que o pecado e a malignidade também causariam comprometimentos (embora estas não fossem mais predominantes), senão vejamos:

E pregava nas sinagogas deles, por toda a Galiléia, e expulsava os demônios. E aproximou-se dele um leproso que, rogando-lhe, e pondo-se de joelhos diante dele, lhe dizia: Se queres, bem podes limpar-me. E Jesus, movido de grande compaixão, estendeu a mão, e tocou-o, e disse-lhe: Quero, sê limpo. E, tendo ele dito isto, logo a lepra desapareceu, e ficou limpo. E, advertindo-o severamente, logo o despediu (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Marcos, cap. 1, vers.32-43, s/d).

E, convocando os seus doze discípulos, deu-lhes virtude e poder sobre todos os demônios, para curarem enfermidades. E enviou-os a pregar o reino de Deus, e a curar os enfermos (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Lucas, cap. 9, vers.1-2, s/d).

E Deus pelas mãos de Paulo fazia maravilhas extraordinárias. De sorte que até os lenços e aventais se levavam do seu corpo aos enfermos, e as enfermidades fugiam deles, e os espíritos malignos saíam (BÍBLIA SAGRADA, N.T., Atos, cap. 19, vers.11-12, s/d).

As passagens bíblicas aqui descritas demonstram a complexidade dos escritos bíblicos e colocam em suspensão a posição de textos que associam exclusivamente a imagem da pessoa com deficiência nos escritos bíblicos como atrelada a possessão demoníaca ou ao cometimento de pecados, posto estas representarem parte e não a totalidade do fenômeno. Mas, afinal, por qual razão se mostra importante contestarmos esta sinédoque?

Ora, pelo fato de entendermos que as definições não se situam em um éter sem relação com a vida. Muito pelo contrário, elas descem ao terreno da prática. Por isso, a representação que se faz do fenômeno da deficiência tem consequências reais para seus sujeitos ao prenunciar a maneira pela qual se limita ou se permite a realização de atividades e a ocupação de espaços em distintas sociedades. Daí a importância em sua contextualização, especialmente em um texto que gera tanto impacto nas representações individuais e coletivas como a Bíblia.

Os escritos bíblicos forjaram a feitura do Cristianismo e interferiu na maneira pela qual o Ocidente se colocou perante uma série de questões, sendo a deficiência seguramente uma delas. Tais registros impactam o pensar do Medievo, tanto pela proximidade destas épocas como pela gramática moral constituída sobre a mesma lógica explicativa mágica; ademais, mesmo quando da assunção da Idade Moderna e do Iluminismo, continuam a desempenhar papel ativo na forma pela qual as pessoas e a sociedade se relacionam com a experiência da deficiência.

A modernidade tomou equivocadamente os escritos bíblicos como se estes sumarizassem a questão da deficiência exclusivamente sob uma lógica negativa e da evitação, o que está longe de representar a totalidade de seus conteúdos, por isso a necessidade de criticar destacada visão. Não podemos esquecer, como salienta Pessotti (1984, p.6-7), que

Com o cristianismo, de fato, o deficiente ganha alma e, como tal, não pode ser eliminado ou abandonado sem atentar-se contra desígnios da divindade. Graças à doutrina cristã os deficientes começam a escapar do abandono ou da “exposição”, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos. É assim que passam a ser, ao longo da Idade Média, “les enfants du bon Dieu”, numa expressão que tanto implica a tolerância e a aceitação caritativa quanto encobre a omissão e o desencanto de quem delega à divindade a responsabilidade de prover e manter suas criaturas deficitárias.

A Idade Moderna muda de maneira nuclear a lógica do pensamento mágico/religioso. Em primeiro lugar, arquiteta um conjunto classificatório extenso jamais visto em épocas pretéritas. Daí em diante, as diferenças sentenciadas como desvios crescem em número assustador, posto que o novo regramento se utilize de um eixo centrípeto estreito em relação aos corpos passíveis de integração em sociedade. A conjunção estabelecida entre a existência de um vasto número de pessoas tidas como desviantes em paralelo à explosão de medidas autoritárias tomadas por governos absolutistas para conter revoltas, intimidar a população e torná-las dóceis à nova lógica produtiva que se avizinhava fez da Modernidade uma época que tomou a distinção de corpos e sujeitos como gramática moral de reconhecimento.

Neste universo, a figura dos padres e sacerdotes é substituída pelos, que se tornam uma espécie de conselheiros da vida cotidiana. Estava em curso uma transformação social que alteraria radicalmente as formas como nos relacionamos com o tempo, a natureza, o sagrado, as instituições e com os seres humanos. Uma era em metamorfose que removeu barreiras, encurtou distâncias e desvinculou o trabalho da propriedade coletiva e familiar. Um tempo que individualizou relações, internalizou problemas e silenciou subjetividades. Encontrava-se em curso um irreversível processo de desencantamento do mundo alavancado por progressos diuturnos da ciência, os quais se sobrepunham à religião e à tradição.

Revelada mudança provoca uma ressignificação de conceitos. A definição original de Paré (1971), que marcara um ponto de corte na Modernidade ao situar a deficiência mediante a elucidação de componentes biológicos, mas também passível de explicações divinas e demonológicas³, não poderia mais ser aceita. No novo campo projetado não haveria mais

³ Mesmo com o advento da Modernidade e sua máxima de superação do saber mágico, os escritos religiosos continuaram a exercer interferência na maneira pela qual os fenômenos sociais eram considerados, inclusive se mostrando presentes em autores considerados basilares na definição clínica da condição de deficiência como Ambroise Paré, que em seu célebre tratado nominado “De Monstros e Prodígios”, publicado originalmente em 1573, considera as causas dos comprometimentos corporais (monstros) como relacionados a um conjunto de elementos: “A primeira é a glória de Deus. A segunda, sua ira. A terceira, a demasiada quantidade de semente. A quarta, sua quantidade demasiado pequena. A quinta, a imaginação. A sexta, a estreiteza ou pequenez da matriz. A sétima, o assentar-se inconveniente da mãe que, em estando prenhe, permanece sentada durante longo tempo com as coxas cruzadas ou apertadas contra o ventre. A oitava, por queda ou golpe dado contra o ventre da mãe que está prenhe. A nona, por enfermidades hereditárias ou acidentais. A décima, por podridão ou corrompimento da semente. A décima primeira, por mistura ou cruzamento de sementes. A décima segunda, por artifício das más disposições da parteira. A décima terceira, pelos demônios ou diabos (PARÉ, 1971, p. 4).

espaço para a magia como nexos causal de qualquer ocorrência ou objeto. Contudo, tal relação não se desdobrou de forma a apagar a influência dos saberes e práticas religiosas da construção das imagens e representações sociais, assim como de nosso processo formativo.

Não por acaso, Paiva (2007) assevera que atualmente subsistem compreensões pré-modernas as quais recorrem a entidades mágicas no tratamento e disposição de enfermidades e comprometimentos. Tal posição sustenta, inclusive, os achados de Ribeiro e Minayo (2014), de que estudos acadêmicos atuais dissertam sobre experiências de reabilitação e integração social a partir de práticas religiosas. Poder-se-á objetar que o Estado é laico e que tal constatação fere de morte este princípio constitucional, contudo, importa aqui frisar que as instituições e disposições religiosas se mostram presentes nos mais variados recônditos e relações sociais, inclusive nos espaços em que o Estado se mostra ausente. Como pontua Burity (2008, p.93), a questão não é mais, pelo menos num futuro próximo, se as práticas religiosas devem “estar presente na esfera e nas instituições públicas, mas como dar sentido a esta presença, como perceber suas diferentes modalidades, impactos e fontes e como avaliar as distintas implicações das relações entre esses atores religiosos e seus interlocutores”.

Se o que está morto como fato permanece vivo como ensino diríamos que ainda mais vivo se mostra àquilo que se depreende de um campo simbólico, embora contestado, jamais silenciado ao longo da história como o universo religioso, que continua e continuará a formular concepções, conceitos e representações sobre a vida humana.

Em vista disso, aparece como cristalina a importância em redesenharmos estas representações, posto interferirem nas interações e práticas sociais. Somos pintados e moldados, entre outras coisas, também por vernizes religiosos, os quais, sob o vértice cristão têm nos registros bíblicos seu principal símbolo e cuja imagem arquiteta um conjunto de disposições morais e estéticas características de uma determinada visão de mundo.

Alguns leitores poderão destacar aqui que os papéis que atribuímos aos símbolos religiosos como a Bíblia são exagerados, uma vez que representam fontes extrínsecas de informação. Ledo e duplo engano. Embora tais dispositivos estejam situados em um espaço intersubjetivo de compreensões comuns, portanto fora dos limites do organismo do indivíduo, eles modelam nosso comportamento. Tal qual ressalta Geertz (1989), como o comportamento humano é tão frouxamente determinado por fontes de informações intrínsecas, as fontes extrínsecas passam a ser vitais. O ato de nascimento, no caso humano, é um processo que se supera, uma vez que nossa inserção ao tecido social está condicionada a apropriação de uma série de elementos sociais e culturais, fato que fortalece a primazia dos atos educacionais, os quais não deixam de abranger símbolos e práticas religiosas.

Neste diapasão, como assevera Burity (2008, p.93) “é necessário inscrever a diferença religiosa num contexto mais amplo da conflitividade contemporânea. (...) Isso significa, de um lado, pensar a religião como parte da emergência da dimensão cultural como objeto de análise e de lutas e conflitos sociais”. Significa pensar a prática religiosa também como ferramenta de auxílio no combate ao preconceito, ao racismo, ao machismo, as desigualdades sociais e ao capacitismo, objetivando a formulação de uma cultura efetivamente democrática e inclusiva.

No caso em específico do capacitismo, entendemos que tomar a deficiência como categoria central nos escritos bíblicos é parte deste processo, desde que esta não seja vista como relativa à contração de pecados ou associação a formas diabólicas, mas, sim, como experiência por sobre a qual Jesus abraça o outro da deficiência como constitutivo do eu e que enriquece nossa vida cultural. Seguramente a representação religiosa mais emblemática neste sentido é o beijo de Francisco de Assis em uma pessoa com lepra. Não se trata de ato de compaixão, mas, sim, de viver conjuntamente (conviver) e que todos possamos participar de tudo o que nos rodeia e afeta. Uma posição que materializa *in corpore* a máxima do “Nada sobre nós sem nós”.

Para tanto, é fundamental fortalecermos as posições do Novo Testamento em relação às pessoas com deficiência e combatermos dualismos que vinculam o aparecimento de comprometimentos sob a ótica da associação ao maligno. Uma mudança nas relações implica a transformação da representação àquilo que ela está relacionada, sendo que no universo religioso tal fato passa seguramente pela formulação de outras concepções expressas por seus símbolos, uma vez que estes tanto constroem concepções sobre uma determinada ordem de fenômenos como as revestem sob uma aura de concreticidade. E nenhum símbolo, no universo cristão, exerce tamanho impacto que os escritos bíblicos, por isso, nos concentramos neste texto em suas análises. De acordo com Burity (2008, p.94) “as diferenças religiosas são um elemento ativo e inseparável das dinâmicas culturais e políticas que estão transformando o sentido do vínculo social e do político em nosso tempo, quer quando se expressam de forma regressiva, quer emancipatória”. Concentramos nossos esforços aqui na construção de expressões e representações emancipatórias para as pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que parcela significativa das atuais discussões em torno do conceito de deficiência têm se concentrado na realização de distinções operadas pelos modelos médicos e sociais e não na análise dos chamados sistemas de pensamento mágico ou religioso. Contudo, compreendemos também que os conceitos carregam em sua imagem a história de sua feitura (a

forma carrega a história), inclusive de saberes considerados superados ou passados. Com a ideia de deficiência não é diferente. Por isso, não é de se estranhar que hodiernamente, ao contrário do que imaginaria Comte (1983), mesmo passados mais de três séculos do Iluminismo, o saber mágico ainda conviva com o raciocínio científico.

Para Stiker (1999), a ideia de deficiência, tal qual entendemos no tempo presente, surgiu inicialmente como um conceito indistinto em relação a outras formas de marginalização, movendo-se com o advento da modernidade para uma categoria de anormalidade corporal até atualmente ser considerada sob a perspectiva de direitos humanos. Pese as distintas interpretações, independentemente da temporalidade considerada, a experiência da deficiência exige interpretação, posto que, conforme salienta Murphy (1995), seu caráter extensivo a constitui como uma alegoria de toda forma de existência; metáfora da condição humana que auxilia na compreensão das gramáticas de reconhecimento moral, na explicação das estruturas sociais, incluindo questões de poder, identidade, crenças e representações. Um conceito que permeia parte e todo, biológico e cultural. Um fato social total, para nos valermos de um conceito de Mauss (2003).

Tomando de empréstimo a sentença de Scott (2017) acerca da validade da utilização do conceito de gênero como elemento indutor da compreensão de outras realidades em relação, podemos demarcar a deficiência com uma categoria útil de análise para toda a história e não somente para aqueles que têm esse objeto como plataforma acadêmica. A deficiência é a mais contingente e universal das experiências identitárias humanas, podendo afetar a qualquer um em qualquer espaço de tempo.

Ademais, cabe ressaltar que a ideia de deficiência não existe como realidade objetiva, uma vez que seu significado se transforma pelo que é feito a cada momento no terreno da história. Se o conceito de deficiência é mutante, a identidade que se desdobra desta condição também o será. Nesse horizonte, alteram-se as condições sob as quais se compreendem os contrapontos, os nexos, as simultaneidades, descontinuidades, desencontros e tensões entre dado e significado, parte e todo, aparência e essência, passado e presente, lembrança e esquecimento, lugar e espaço, história e memória, tradição e origem, singular e universal.

Transmuta-se também, por conseguinte, os significados que compõem esse conceito no tempo, história e espaço, e ao assim se proceder, decompõem-se o aparecimento de outras relações, que embora não sepultem as anteriores, vestem outras roupagens. Foi exatamente isto o que nos propusemos a fazer a partir de uma diferente leitura e interpretação sobre como os escritos bíblicos tomaram a questão dos corpos com comprometimentos, objetivando reordenar

a relação entre religião e a representação da deficiência. O que buscamos, ao bem da verdade, foi colocar um ponto de interrogação onde antes restavam exclamações.

O que se pretende com isso reside em desmascarar a lógica fundante do saber moderno e alterar a forma pela qual pensamos o mundo e nos relacionamos com suas produções. Mostrar que a exclusão de pessoas com comprometimentos (quer físicos, sensoriais ou mentais) dos espaços e atividades não existiu desde sempre é permitir pensar paisagens em que tais práticas não se façam mais presentes. Um pensar que sacuda a inércia dos hábitos e redesenhe os espaços sociais sob a perspectiva da ultrapassagem.

Uma perspectiva que se ordene a partir da condenação de toda e qualquer restrição imposta pela sociedade às pessoas com deficiência, as quais variam de preconceito individual a discriminação institucional, de transportes, vias públicas e espaços inacessíveis a segregações na educação, no trabalho, saúde, política, cultura, mas também abrange incompreensões e generalizações indevidas as quais são tomadas como verdades. É preciso combater práticas e discursos que atravanquem a possibilidade de paridade de participação das pessoas com deficiência em sociedade. O acesso a totalidade dos espaços sociais, inclusive os religiosos, materializa uma premissa nuclear dos direitos humanos, os quais não podem ser subtraídos ou obstaculizados sob qualquer justificativa. Neste sentido, urge implantarmos uma lógica de pensamento indutiva escorada no suposto de que o desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos, consecução que se mostra presente nos versos do Novo Testamento e que, dada sua importância histórica, não podem ser obnubiladas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, T. (2010). A construção da religião como uma categoria antropológica. *Cadernos de campo*, v. 19, n. 19, p. 263-284.
- BÍBLIA SAGRADA. (S/D) *ANTIGO TESTAMENTO*, s/d. In: Bíblia - Bíblia Sagrada Online (bibliaon.com).
- BÍBLIA SAGRADA. (S/D) *NOVO TESTAMENTO*. s/d. In: Bíblia - Bíblia Sagrada Online (bibliaon.com).
- BRADDOCK, D; PARISH, S. (2001). An institutional history of disability. In: ALBRECHTK, G. L; SEELMAN, M.; BURY, M. *Handbook of disability studies* (pp. 11-68). SAGE Publications, 2001. p. 11-68.
- BURITY, J. A. (2008). Religião, política e cultura. *Tempo Social*, 20(2), 83–113. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000200005>
- CERQUEIRA-SANTOS, E.; KOLLER, S. H.; PEREIRA, M. T. L. N. (2004). Religião, saúde e cura: um estudo entre neopentecostais. *Psicologia: ciência e profissão*, 24(3), 82-91.

In:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300011&lng=pt&tlng=pt.

- COMTE, A. (1983) Curso de Filosofia Positiva. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- DAVIS, L. (1995) *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness, and the Body*. New York: Verso.
- DURKHEIM, E. (1989). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas.
- FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GEERTZ, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- MARX, K. (1977) Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Editorial Grijalbo.
- MAUSS, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. Rio de Janeiro: Cosac & Naify.
- MURPHY, R. (1995). *The Body Silent: the different world of the disabled*. New York: Norton.
- PAIVA, G. J. (2007). Religião, enfrentamento e cura: perspectivas psicológicas. *Estudos De Psicologia (campinas)*, 24(1), 99–104. In: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100011>
- PARÉ, A. (1971). *Des monstres et des prodiges*. Genève: Librairie Droz, 1971.
- PESSOTTI, I. (1984). *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Edusp.
- RIBEIRO, F. M. L., & MINAYO, M. C. DE S.. (2014). O papel da religião na promoção da saúde, na prevenção da violência e na reabilitação de pessoas envolvidas com a criminalidade: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(6), 1773–1789. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.13112013>.
- SCOTT, J. (2017). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [s. l.], v. 20, n. 2. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- STEWART, D. T. (2017) Disability in Leviticus-Numbers-Deuteronomy. In: MELCHER, S. J.; PARSONS, M. C.; YONG, A. (ed.). *Disability and the Bible: A Commentary*. Waco, TX: Baylor University Press, 2017.
- STIKER H. (1999). *A history of disability*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Declaração de Contribuição do Artigo:

Autor: Gustavo Martins Piccolo

Declaração de Conflito de Interesses: Declaro não haver conflito de interesses

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.